



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, maio/2005

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Murilo Portugal Filho

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

José Cordeiro Neto (substituto)

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Jorge Khalil Miski

José Antônio Gragnani

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 11, n. 4, abr. 2005. 36 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em abril, o Governo Central registrou superávit primário de R\$ 12,9 bilhões, acumulando, no primeiro quadrimestre do ano, resultado de R\$ 30,5 bilhões, equivalente a 5,02% do PIB estimado para o período. O expressivo resultado deriva da lucratividade das empresas, traduzida no bom desempenho do IRPJ e da CSLL, assim como no ritmo moderado das despesas, excetuando os benefícios da Previdência Social. As despesas com pessoal e encargos e as outras despesas de custeio e capital cresceram 7,4% *vis-à-vis* o primeiro quadrimestre de 2004. O resultado da previdência apresentou melhora em abril devido à redução das transferências a terceiros e despesas com precatórios de benefícios no mês, sem maiores inflexões aparentes na concessão de benefícios ou fortalecimento da receita própria. O bom desempenho do imposto de renda, o aumento das transferências por conta dos *royalties* de petróleo e a repartição da CIDE resultaram em um aumento de 21,8% nas transferências para estados e municípios relativo ao primeiro quadrimestre de 2004 (equivalente a R\$ 4,8 bilhões ou 0,28 ponto percentual do PIB).

O resultado primário do Governo Central no primeiro quadrimestre de 2005 foi superavitário em R\$ 30,5 bilhões, aproximadamente 5,02% do PIB.

PRINCIPAIS VARIÁÇÕES ACUMULADO: 2005/2004	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	17,0%
Tesouro	16,7%
Previdência	18,1%
Transferências	21,8%
Receita Líquida	16,1%
Despesas	14,1%
Benefícios	19,5%
Pessoal	5,9%
Custeio e Capital	15,1%

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2004-2005

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	MAR 2005	ABR 2005	JAN-ABR 2004 2005	
I. RECEITA TOTAL	38.222,1	42.780,8	134.683,8	157.643,2
I.1. Receitas do Tesouro	29.819,0	34.072,1	107.025,4	124.893,9
I.1.1 Receita Bruta	30.549,7	34.596,2	109.360,0	126.949,7
I.1.2. (-) Restituições	-730,7	-524,0	-2.334,6	-2.055,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.236,1	8.598,3	27.299,2	32.252,4
I.3. Receitas do Banco Central	166,9	110,4	359,2	496,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.209,7	6.557,4	22.063,2	26.862,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	32.012,4	36.223,4	112.620,6	130.781,0
IV. DESPESA TOTAL	25.251,8	23.304,7	87.900,8	100.326,9
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.497,6	6.255,5	26.725,1	28.296,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	10.573,3	10.611,6	35.861,8	42.851,8
IV.3. Custeio e Capital	7.941,3	6.270,1	24.731,2	28.459,1
IV.3.1. Despesa do FAT	858,4	671,5	2.478,5	2.645,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (1)	911,7	101,2	1.218,2	2.482,5
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	702,6	703,8	2.218,1	2.716,0
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.468,6	4.793,6	18.816,3	20.614,7
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	51,0	51,7	182,9	216,8
IV.5. Despesas do Banco Central	188,6	115,8	399,8	502,5
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	6.760,6	12.918,7	24.719,8	30.454,1
V.1. Tesouro Nacional	9.119,4	14.937,5	33.323,0	41.059,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-2.337,1	-2.013,3	-8.562,6	-10.599,4
V.3. Banco Central (3)	-21,7	-5,5	-40,6	-5,6
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			4,65%	5,02%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(2) Receitas de Contribuições menos Despesas com Benefícios Previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receita Total	25,32%	25,99%
Transferências	4,15%	4,43%
Receita Líquida	21,17%	21,56%
Despesa Total	16,53%	16,54%
Resultado Primário	4,65%	5,02%

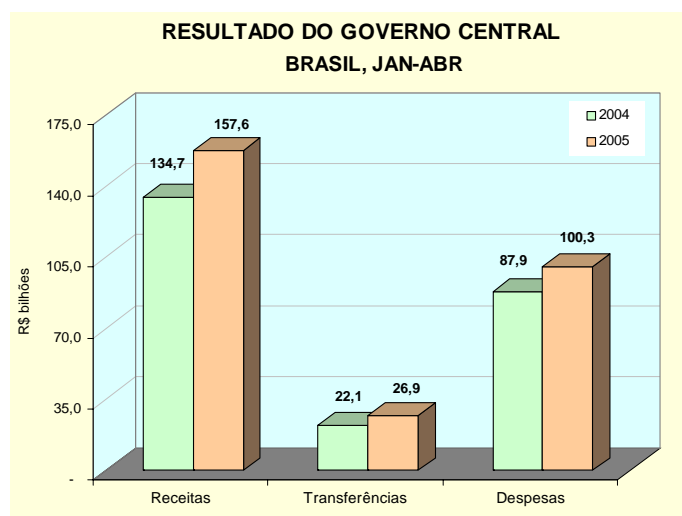
RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receitas do Tesouro (*)	20,12%	20,59%
Transferências	4,15%	4,43%
Despesas do Tesouro	9,71%	9,39%
Resultado Primário	6,27%	6,77%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês de abril com superávit de R\$ 14,9 bilhões, enquanto a Previdência Social e o Banco Central registraram déficits de R\$ 2,0 bilhões e R\$ 5,5 milhões, respectivamente.

No quadrimestre, o resultado do Tesouro foi 23,2% superior ao obtido em igual período de 2004. As receitas cresceram R\$ 17,9 bilhões (16,7%) em termos nominais, atingindo o montante de R\$ 124,9 bilhões no ano. O crescimento da receita está relacionado particularmente ao aumento do faturamento e lucro das empresas do setor industrial (extração de minerais, metalurgia) e do setor de telecomunicações. Além disso, medidas tributárias adotadas em 2004 continuam a ter efeitos, em particular a incidência da Cofins sobre as importações e o aumento da alíquota da CSLL referente a prestadoras de serviços, ainda que parcialmente compensados pelo alongamento do prazo de recolhimento do IPI. Observou-se também aumento na arrecadação da cota-parte de compensações financeiras (*royalties* pela exploração de petróleo), devido à elevação do preço do barril de petróleo no mercado internacional, *vis-à-vis* o preço médio no primeiro quadrimestre de 2004.

No primeiro quadrimestre de 2005 as transferências a estados e municípios cresceram R\$ 4,8 bilhões (21,8%) em relação a igual período do ano anterior, devido à arrecadação relativamente maior dos tributos partilhados, da cota-parte de compensação financeira, e dos repasses da CIDE.



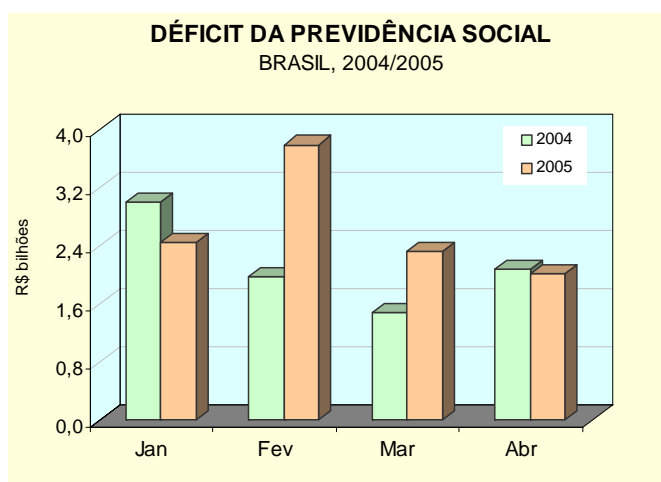
O crescimento de R\$ 4,8 bilhões das transferências a estados e municípios em relação aos quatro primeiros meses do ano passado explicam-se principalmente pelo acréscimo de R\$ 741,8 milhões (41,7%) nas transferências relacionadas à cota-parte de compensações financeiras, em função da maior arrecadação este ano, e de R\$ 491,4 milhões (121,6%) nos repasses da CIDE. Esses últimos sem correspondência nos primeiros meses de 2004, pois a Lei nº 10.866/2004, que as estabeleceu, foi regulamentada somente em abril daquele ano. As transferências constitucionais cresceram R\$ 3,1 bilhões no período (17,4%), acompanhando a boa recuperação do IPI – a partir da retomada do crescimento econômico em 2004 – e o crescimento do imposto de renda.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 5,3 bilhões (10,3%) relativamente às verificadas até abril de 2004. Os gastos com pessoal e encargos sociais aumentaram R\$ 1,6 bilhão (5,9%) como reflexo do crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação de algumas carreiras estratégicas e da contratação de novos servidores, especialmente professores de 3º grau e técnicos administrativos para as Instituições Federais de Ensino Superior, professores de 1º e 2º graus para as Instituições Federais de Ensino, técnicos administrativos para os Hospitais Universitários, agentes e delegados da Polícia Federal, fiscais da Previdência Social, advogados da União e procuradores federais e da Fazenda Nacional.

As despesas com pessoal e encargos sociais têm se mantido abaixo de 5,0% do PIB e abaixo da metade (49,7%) das despesas totais do Tesouro Nacional.

As despesas com custeio e capital, no seu conjunto, cresceram R\$ 3,7 bilhões (15,1%). Esse crescimento foi bastante diverso entre as diferentes rubricas, com destaque para as despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos – nas quais incluem-se os repasses para a Empresa Gestora de Ativos (Emgea) em fevereiro e março (R\$ 1,2 bilhão), sem correspondência no ano anterior – apresentando aumento acima de 100%. Além disso, cresceram em R\$ 504,2 milhões (30,7%) as despesas com LOAS, na esteira das modificações adotadas no estatuto do idoso, inclusive a redução da idade de benefício de 70 para 65 anos e dos critérios de renda média familiar requerida.

As despesas com benefícios assistenciais da LOAS cresceram 30,7%, passando de R\$ 1,6 bilhão, no primeiro quadrimestre de 2004, para R\$ 2,1 bilhões, este ano.



Apesar do desempenho de abril, a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 10,6 bilhões no quadrimestre, contra R\$ 8,6 bilhões no mesmo período de 2004, o que representa crescimento nominal da ordem de 23,8%. Esse comportamento decorre do maior dinamismo dos gastos com benefícios, que aumentaram 19,5% no período, ao passo que as contribuições líquidas aumentaram 18,1%.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-ABR (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Contribuição	27,3	32,3	18,1%
Benefícios	35,9	42,9	19,5%
Resultado Primário	-8,6	-10,6	23,8%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 34,6 bilhões, valor R\$ 4,1 bilhões superior à arrecadação de março, decorrente, principalmente, de efeitos sazonais verificados no IRPF, na IRPJ, na CSLL e na cota-parte de compensações financeiras.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 34,6 bilhões em abril de 2005, contra R\$ 30,5 bilhões no mês anterior. O incremento de R\$ 4,1 bilhões deveu-se, principalmente, aos seguintes pagamentos sazonais: (i) primeira cota ou cota única do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) relativa à declaração de ajuste do ano calendário de 2004; (ii) primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em março de 2005; e (iii) parcela trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, com efeito sobre a receita da cota-parte de compensações financeiras

Além dos mencionados pagamentos, o aumento da receita do Tesouro decorreu também da arrecadação atípica de IRPF relativa a ganhos de capital na alienação de bens e direitos e ganhos líquidos nas operações em bolsa e do recolhimento de dividendos.

Por outro lado, em abril, houve quatro semanas de fato gerador, contra cinco no mês anterior, contribuindo para menor arrecadação dos seguintes tributos: IRRF – Rendimentos do Trabalho, IRRF – Outros Rendimentos, IOF e CPMF.

As demais receitas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 5,0 bilhões, representando apresentando queda aumento de R\$ 1,7 bilhão em relação ao mês anterior. Destaca-se o incremento de R\$ 1,5 bilhão na arrecadação de cota-parte de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em função do recolhimento trimestral referente à participação especial, e o recolhimento de R\$ 1,1 bilhão de dividendos, com destaque os pagamentos efetuados pela Caixa Econômica Federal (R\$ 500,0 milhões) e pelo BNDES (R\$ 375,8 milhões). Em contrapartida, observou-se queda de R\$ 823,8 milhões nas receitas diretamente arrecadadas, explicada pelo efeito sazonal decorrente do recolhimento anual da taxa de fiscalização de funcionamento de serviços de telecomunicações pela Agência Nacional de Serviços de Telecomunicações (Anatel) ocorrido no mês de março.

RECEITAS BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	MAR	ABR
Impostos	13.128,7	14.643,1
Imposto de Renda	9.820,9	11.185,1
IPI	1.955,3	2.263,9
Outros	1.352,4	1.194,0
Contribuições	14.118,5	14.979,9
Cofins	6.427,3	7.135,7
CPMF	2.629,2	2.163,0
CSLL	2.158,6	2.642,5
Cide - Combustíveis	593,7	673,2
Outras	2.309,67	2.365,43
Demais	3.302,6	4.973,2
Cota parte	687,6	2.208,5
Diretamente Arrecadada	1.701,9	878,1
Dividendos da União	0,1	1.011,0
Pagamento Unificado ²	258,2	242,9
Outras	654,8	632,6
Total Bruto	30.549,7	34.596,2

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

² Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No primeiro quadrimestre, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 20,93% do PIB, dos quais 8,64% correspondentes à arrecadação de impostos, 9,67% de contribuições e 2,62% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 17,6 bilhões (16,7%), quando comparada a período equivalente no ano anterior, passando de R\$ 109,4 bilhões para R\$ 126,9 bilhões. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores, que

afetaram a arrecadação de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal: (i) crescimento de 11,7% na arrecadação da Cofins, pela incidência dessa contribuição, a partir de maio de 2004, sobre insumos importados pelas empresas sujeitas a não cumulatividade (Lei nº 10.833/2003) e pela extensão da tributação a todos os produtos importados (Lei nº 10.864/2004); (ii) arrecadações do IRPJ e CSLL, com incrementos nominais de 17,56% e 18,60%, decorrente dos pagamentos efetuados por empresas não financeiras com base em estimativa mensal e lucro presumido, ambos apurados com base no faturamento; (iii) arrecadação atípica do IRPF de R\$ 831,0 milhões (R\$ 423,0 milhões em igual período de 2004) referentes aos itens ganhos de capital na alienação de bens e ganhos de capital em operações em bolsa; (iv) incremento de 8% no volume de venda no mercado interno impactando a arrecadação do IPI-Automóveis, que cresceu nominalmente 15,75%.

A arrecadação das demais receitas apresentou incremento de R\$ 3,0 bilhões, em relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior, decorrente, principalmente, do maior recolhimento da participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural (R\$ 1,4 bilhão), refletindo os níveis mais elevados dos preços internacionais do petróleo que os observados no começo do ano de 2004. Verificou-se, ademais, acréscimo nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 823,8 milhões) concentrado, basicamente, no recolhimento da taxa de fiscalização de serviços de telecomunicações da Anatel que refletiu, entre outros fatores, o maior número de habilitações de aparelhos celulares, relativamente a 2004. Por fim, a arrecadação referente a dividendos pagos por empresas em que a União detém participação acionária também apresentou crescimento (R\$ 887,5 milhões), em boa parte, como decorrência da lucratividade obtida pela empresas no exercício anterior.

Em abril, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 6,6 bilhões, contra R\$ 6,2 bilhões em março, correspondendo a um crescimento de 6,5%. Destaque no mês para a transferência da CIDE no montante de R\$ 430,1 milhões, sem contrapartida no mês anterior, e para as transferências relativas a fundos constitucionais que superaram em R\$ 422,2 milhões as realizadas no mês anterior, acompanhando o crescimento das receitas compartilhadas, em especial do Imposto de Renda.

No primeiro quadrimestre de 2005, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 26,9 bilhões (correspondendo a 4,43% do PIB), superior em R\$ 4,8 bilhões (ou 0,28 ponto percentual do PIB) a registrada em igual período de 2004. Esse crescimento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: (i) aumento de R\$ 3,1 bilhões nas transferências dos fundos de

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Impostos	8,79%	8,64%
Imposto de Renda	6,69%	6,48%
IPI	1,28%	1,36%
Outros	0,82%	0,80%
Contribuições	9,35%	9,67%
Cofins	4,31%	4,55%
CPMF	1,54%	1,52%
CSLL	1,41%	1,57%
Cide - Combustíveis	0,49%	0,42%
Outras	1,60%	1,61%
Demais	2,42%	2,62%
Cota parte	0,79%	0,92%
Diretamente Arrecadada	0,70%	0,75%
Dividendos da União	0,27%	0,39%
Pagamento Unificado /1	0,17%	0,16%
Outras	0,49%	0,40%
Total Bruto	20,56%	20,93%

/1 Em 2005 inclui Pagamentos decorrentes do País, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL. Em 2004 apenas País.

Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS		
Decêndio	MAR	ABR
Terceiro Decêndio	5.353,5	6.239,7
Primeiro Decêndio	3.298,6	2.147,5
Segundo Decêndio	1.796,1	2.956,7
Total	10.448,2	11.343,9

De janeiro a abril 2005, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 26,9 bilhões, superior em R\$ 4,8 bilhões a registrada em igual período de 2004.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	17.573,7	20.631,6
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	404,2	895,6
Desoneração do ICMS	1.133,3	1.432,3
Demais	2.952,0	3.902,7
Total	22.063,2	26.862,2

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

participação (FPE e FPM), em razão da maior arrecadação de IR e de IPI, base para o cálculo dessas transferências; (ii) elevação de R\$ 1,4 bilhão no repasse de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, em decorrência basicamente do aumento do preço do petróleo; e (iii) aumento de R\$ 491,4 milhões nas transferências relativas à CIDE – Combustível, uma vez que no primeiro quadrimestre, em função da regulamentação pela Lei nº 10.866/2004, ocorreu transferência de uma parcela (em abril) frente a duas parcelas em 2005 (janeiro e abril).

As despesas do Tesouro Nacional reduziram-se a R\$ 12,6 bilhões em abril, contra R\$ 14,5 bilhões, no mês anterior. O comportamento moderado explica-se principalmente pela queda nos gastos com custeio e capital (queda de R\$ 1,7 bilhão) em relação a março. Esta queda deve-se principalmente à não repetição das despesas de subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos (redução de R\$ 810,5 milhões) – associadas em grande parte aos gastos com aumento de capital da Empresa Gestora de Ativos (Emgea). Também contribuíram o menor volume de despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (redução de R\$ 186,9 milhões) e de outras despesas de custeio e capital (redução de R\$ 675,0 milhões).

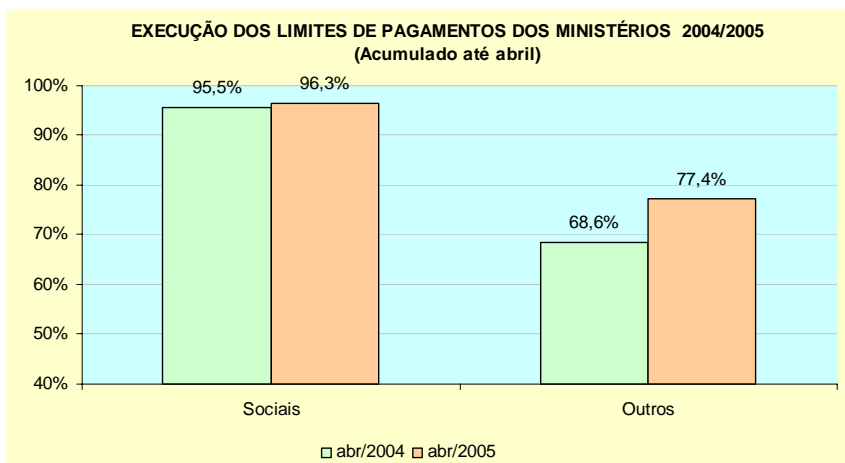
Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Pessoal e Encargos	5,02%	4,66%
Custeio e Capital	4,65%	4,69%
Despesas do FAT	0,47%	0,44%
Subsídios e Subvenções /1	0,23%	0,41%
LOAS/RMV	0,42%	0,45%
Outras	3,54%	3,40%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,04%

/1 Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

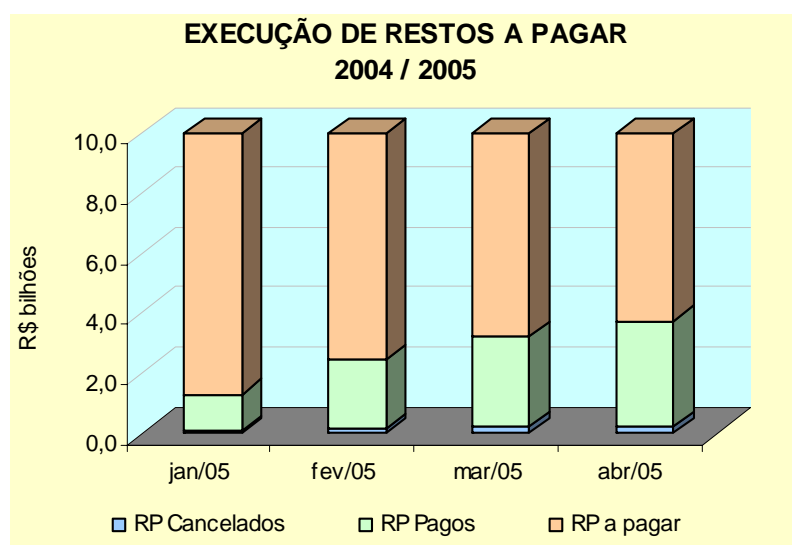
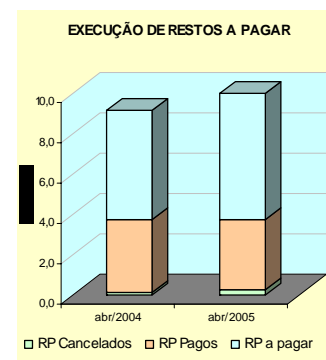
No primeiro quadrimestre de 2005, as despesas do Tesouro Nacional alcançaram 9,39% do PIB, redução de 0,32 ponto percentual em relação a 2004. Os gastos com pessoal e encargos sociais cresceram nominalmente R\$ 1,6 bilhão (5,9%). Os dispêndios com custeio e capital cresceram em R\$ 3,7 bilhões (15,1%), explicados, principalmente, pelo aumento nas despesas discricionárias dos Três Poderes e MPU (R\$ 1,8 bilhão), com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos (R\$ 1,3 bilhão) – dos quais R\$ 1,2 bilhão referente à capitalização da Emgea – e com LOAS. Os R\$ 504,2 milhões de aumento da despesa da LOAS deveu-se ao reajuste do salário mínimo em 2004 e à elevação do número médio de beneficiários. As despesas com a Saúde apresentaram acréscimo de R\$ 476,2 milhões.

O percentual de execução do limite de pagamento, até abril, dos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e Assistência e Promoção Social) aumentou para 96,3% frente aos 95,5% verificados no mesmo período do ano anterior. Por sua vez, os demais ministérios atingiram nível de execução de 77,4% ante 68,6%, verificado no ano anterior.



O percentual de execução do limite de pagamento dos ministérios ligados a áreas sociais atingiu 96,3% dos limites de pagamento.

Foram pagos R\$ 3,5 bilhões de restos a pagar (RP) nos primeiros quatro meses do ano (R\$ 3,6 bilhões no mesmo período de 2004). O valor pago corresponde a 32,8% do total de RP inscritos em 2005 (menos cancelamentos) – respeitados os fluxos previstos no Decreto nº 5.379, de 25/02/2005 – dos quais R\$ 1,0 bilhão (29,1% do total pago) refere-se a despesas com investimentos.



Do total de restos a pagar (RP) pagos em 2005, R\$ 1,0 bilhão (29,1% do total) corresponderam a gastos com investimentos.

As despesas do FAT atingiram R\$ 2,6 bilhões no período de janeiro a abril, frente aos R\$ 2,5 bilhões em idêntico período do ano anterior (queda de 0,03 ponto percentual do PIB).

Os subsídios e subvenções econômicas, excluindo as despesas com reordenamento de passivos, permaneceram estáveis, se comparado ao mesmo período do ano anterior. As despesas com subsídios à exportação, no âmbito do Programa de Incentivo às Exportações (Proex), apresentaram incremento de

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO / 1	2004	2005
Agricultura	607,8	566,0
Custeio Agropecuário	41,9	55,0
Investimento Rural	175,4	27,2
Preços Agrícolas	75,9	335,8
- EGF	3,3	0,5
- AGF	62,7	303,1
- Sustentação de preços	9,9	32,3
Pronaf	314,7	148,0
Outros	187,7	248,4
Habitação (PSH)	161,4	43,6
Exportação (Proex)	(18,5)	174,0
Fundo da Terra/Incra	44,8	30,8
Total	795,5	814,4

/1 Operações Oficiais de Crédito

R\$ 192,5 milhões; os dispêndios com o Programa Aquisições do Governo Federal (AGF), aumento de R\$ 240,4 milhões. Por outro lado, apresentaram queda as despesas com a equalização no âmbito do Programa de Investimento Rural e Agroindustrial (R\$ 148,2 milhões), com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 166,7 milhões) e os dispêndios com o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH (R\$ 117,8 milhões). A redução das despesas com o Pronaf, tal como mencionado em notas anteriores, é explicada pelo fato de que parte das demandas que eram atendidas anteriormente com recursos das Operações Oficiais de Crédito (OOC), passaram a ser executadas com recursos dos fundos constitucionais.

Previdência Social

Em abril, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 2,0 bilhões, R\$ 323,8 milhões abaixo do verificado no mês anterior, em magnitude bastante próxima à redução dos pagamentos a terceiros (R\$ 308,6 milhões) no mês, associada à normalização dos pagamentos para o Sistema S. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 10,6 bilhões, contra R\$ 8,6 bilhões observados em 2004.

**TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	MAR	ABR	JAN-ABR	
	2005	2005	2004	2005
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	8.236,1	8.598,3	27.299,2	32.252,4
Arrecadação Bruta	8.810,4	8.865,0	29.926,8	34.752,4
- Contribuição Previdenciária	8.331,0	8.296,3	27.971,4	32.238,8
- Simples	318,6	358,1	1.262,9	1.518,2
- CDP	0,0	0,0	0,2	0,0
- CFT	36,1	62,2	283,6	216,3
- Depósitos Judiciais	76,5	114,6	260,0	587,8
- Refis	35,9	33,8	105,2	138,1
- Outras Receitas	12,2	0,0	43,4	53,2
(-) Restituição/Devolução	-22,2	-23,2	-108,7	-76,0
(-) Transferências a Terceiros	-552,1	-243,5	-2.518,9	-2.423,9
II. BENEFÍCIOS	10.573,3	10.611,6	35.861,8	42.851,8
Benefícios Previdenciários	10.573,3	10.611,6	35.861,8	42.851,8
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.337,1	-2.013,3	-8.562,6	-10.599,4
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,61%	-1,75%

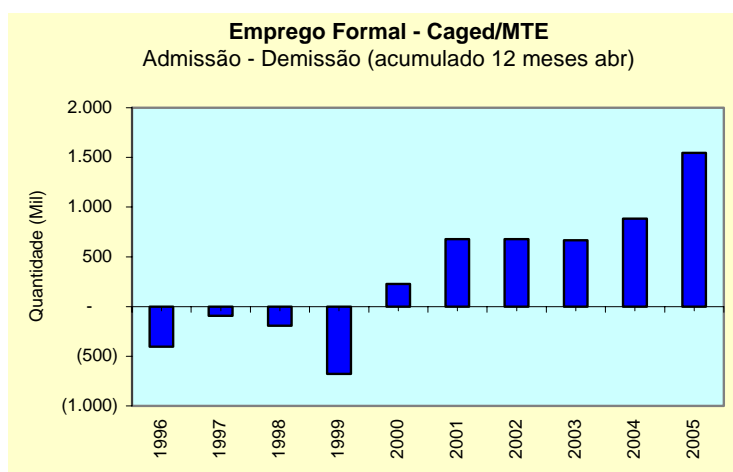
*Em abril, o déficit da
Previdência Social foi de
R\$ 2,0 bilhões.*

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 8,6 bilhões em abril, representando crescimento de 4,4% frente aos ingressos líquidos de março. Tal comportamento deve-se, principalmente, à redução das transferências a terceiros (passando de R\$ 552,1 milhões, para R\$ 243,5 milhões). Do lado da

despesa, também houve diminuição nos gastos com o pagamento de precatórios (de R\$ 369,5 milhões para R\$ 282,4 milhões), não obstante as despesas totais com benefícios terem se mantido no mesmo patamar do mês anterior, cerca de R\$ 10,6 bilhões.

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu 18,1% (R\$ 5,0 bilhões), refletindo, em parte, o comportamento do emprego no setor formal, com impacto direto nas receitas previdenciárias. Segundo os dados do Caged, o nível de emprego formal com carteira assinada cresceu 1,07% em relação ao mês anterior, representando aumento de 266 mil postos de trabalho. Nos 12 meses até abril de 2005 foram gerados 1.547 mil novos empregos, frente a 886 mil novos postos observados em igual período do ano anterior.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,13%	5,32%
Benefícios	6,74%	7,06%
Resultado Primário	-1,61%	-1,75%



As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 42,9 bilhões nos quatro primeiros meses de 2005, representando aumento de 19,5% (R\$ 7,0 bilhões) em relação ao mesmo período de 2004. Esse crescimento se situa bem acima do crescimento de 6,6% no valor médio dos benefícios pagos. Houve aumento de 1,2 milhão na quantidade média mensal de benefícios pagos, o que significa um crescimento de 5,4% no total de benefícios.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-ABR			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Quantidade*	22,0	23,2	5,4%
Valor médio**	416,7	444,1	6,6%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

Na comparação da média do primeiro quadrimestre de 2005 em relação à média do ano anterior, destacam-se os aumentos de 454,4 mil aposentadorias (3,7%), 272,7 mil benefícios de auxílio-doença (24,4%) e 332,1 mil nas despesas de Loas (18,8%). A tabela a seguir apresenta em detalhes as quantidades dos benefícios emitidos pela Previdência Social.

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005

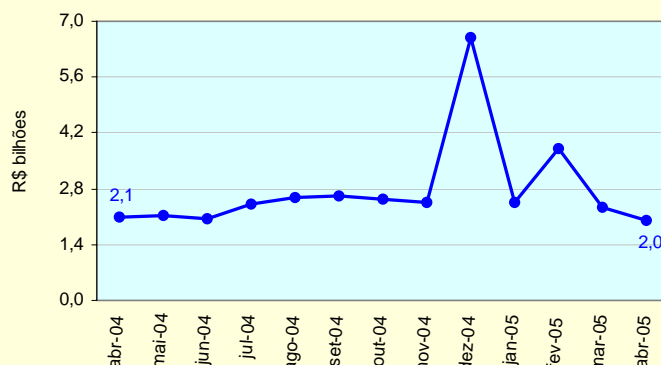
	Em mil benefícios			
	MAR	ABR	MÉDIA JAN-ABR	
	2005	2005	2004	2005
TOTAL	23.274	23.355	22.039	23.222
PREVIDENCIÁRIOS	19.843	19.908	18.913	19.797
Aposentadorias	12.696	12.738	12.225	12.679
Idade	6.495	6.520	6.220	6.489
Invalidez	2.550	2.561	2.426	2.545
Tempo de contribuição	3.651	3.657	3.580	3.646
Pensão por morte	5.661	5.675	5.506	5.655
Auxílio - doença	1.413	1.424	1.118	1.391
Salário - maternidade	47	45	41	46
Outros	27	27	23	27
ACIDENTÁRIOS	757	756	738	755
Aposentadorias	138	139	131	138
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	131	130	119	130
Auxílio - acidente	266	267	265	266
Auxílio - suplementar	91	91	93	91
ASSISTENCIAIS	2.664	2.681	2.387	2.660
Amparos Assistenciais - LOAS	2.109	2.130	1.770	2.102
Idoso	963	977	724	959
Portador de deficiência	1.146	1.153	1.046	1.143
Pensões mensais vitalícias	17	17	18	17
Rendas mensais vitalícias	538	534	599	540

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-ABR (R\$ bilhões)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Contribuição	27,3	32,3	18,1%
Benefícios	35,9	42,9	19,5%
Resultado Primário	-8,6	-10,6	23,8%

A necessidade de financiamento do RGPS se ampliou em 23,8% (R\$ 2,0 bilhões), em decorrência do aumento em 0,32 ponto percentual do PIB das despesas, não acompanhadas pelo aumento de receitas, que ficou em apenas 0,18 ponto percentual do PIB. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou para 1,75% do PIB.

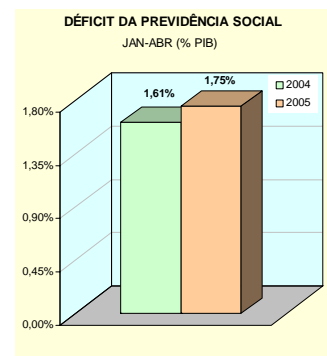
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004/2005



O déficit acumulado até abril está em linha com as projeções apresentadas pela Previdência Social quando do anúncio do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social, apresentando pequeno desvio de R\$ 37,7 milhões.

METAS DO DÉFICIT DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - 2005
(R\$ milhões)

METAS	Jan	Fev	Mar	Abr	1º Q	2º Q	3º Q
Decreto nº 5.379/2005	2.450,0	2.260,4	1.841,0	2.221,6	8.773,0	11.217,8	17.812,6
Programa de Modernização	-	-	2.209,2	2.110,5	10.561,7	8.934,9	12.468,7
Realizado	2.450,6	3.798,3	2.337,1	2.013,3	10.599,4	-	-



O saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de abril inferior em R\$ 18,5 bilhões ao valor observado no final de março, comportamento registrado tanto na parcela interna quanto externa da dívida. A dívida interna líquida ficou inferior em R\$ 5,5 bilhões, em decorrência do acréscimo nos haveres do Tesouro e do resgate líquido de títulos da dívida mobiliária interna. Em virtude da concentração sazonal de vencimentos, as LTN apresentaram resgates líquidos de R\$ 13,6 bilhões. Em consequência desse fator e das emissões líquidas de LFT, a parcela dos títulos prefixados no conjunto da DPMFi diminuiu 1,37 ponto percentual, enquanto que aqueles corrigidos pela taxa Selic aumentaram 1,28 ponto percentual. O custo médio anualizado da DPMFi reduziu-se em 2,66 pontos percentuais, em consequência, principalmente, da apreciação cambial. Considerando-se o custo médio acumulado de 12 meses, incluindo a variação cambial, observa-se que a taxa alcançada em abril, de 15,93%, foi a menor desde junho de 1995, início da série. O prazo médio aumentou 0,15 mês, devido às emissões de LTN e LFT com prazos superiores aos dos respectivos estoques. A dívida externa líquida ficou inferior ao saldo de março em R\$ 13,0 bilhões, reflexo dos resgates de *bradies* e da apreciação cambial no mês. Essa amortização contribuiu para o aumento observado do prazo médio e do custo médio da dívida mobiliária externa.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em abril, a dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 443,6 bilhões, equivalentes a 24,1% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em relação a março, verificou-se redução de R\$ 18,5 bilhões, explicada, principalmente, pelo efeito dos resgates de *bradies* e da apreciação cambial sobre a dívida externa líquida, a qual logrou redução de R\$ 13,0 bilhões. No âmbito da dívida interna líquida, a diminuição observada decorreu do crescimento dos haveres do Tesouro Nacional e do resgate líquido de títulos da dívida mobiliária.

A dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 443,6 bilhões em abril, R\$ 18,5 bilhões inferior ao montante observado no mês anterior, reflexo dos resgates de títulos das dívidas mobiliária interna e externa, bem como da apreciação cambial.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	
	ABR	MAR	ABR
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	186.629	256.871	251.373
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	744.454	862.116	863.749
Dívida Contratual da STN	-420.300	-449.470	-453.889
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-137.525	-155.775	-158.488
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	214.290	205.143	192.182
Dívida Mobiliária em Poder do Público	166.315	167.327	156.422
Títulos Depositados em Garantia	-3.673	-3.779	-3.740
Dívida Contratual	52.028	42.038	39.844
Disponibilidades	-380	-443	-343
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	400.919	462.014	443.555
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,0%	25,3%	24,1%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de abril com saldo de R\$ 251,4 bilhões, inferior ao registrado no mês anterior em R\$ 5,5 bilhões. Contribuíram para esse resultado a correção nominal dos demais haveres contratuais do Tesouro e os resgates líquidos da dívida mobiliária, em virtude da concentração sazonal de vencimentos das LTN no primeiro mês de cada trimestre.

Dívida Interna Líquida

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004	2005	
	ABR	MAR	ABR
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	186.629	256.871	251.373
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	744.454	862.116	863.749
LFT	442.531	489.468	502.752
LTN	120.271	183.445	172.040
NTN-C	66.682	80.282	80.963
NTN-D	23.849	6.179	5.904
Demais	69.892	74.817	74.419
Dívida Securitizada	19.163	25.278	24.905
TDA	2.066	2.647	2.766
DÍVIDA CONTRATUAL	-557.825	-605.245	-612.376
<i>Tesouro Nacional</i>	-420.300	-449.470	-453.889
Dívida Bancária	25.511	24.998	24.975
Lei nº 7.976/89	-9.423	-7.591	-7.266
Lei nº 8.727/93	-47.700	-48.001	-48.044
Lei nº 9.496/97	-220.619	-245.135	-248.071
Renegociação Dívida Municipais	-32.251	-36.780	-37.330
Demais Haveres da STN	-135.818	-136.962	-138.152
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-137.525	-155.775	-158.488
FAT	-95.323	-107.899	-109.751
Demais Entidades	-42.202	-47.876	-48.737
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	46,4%	47,2%	46,8%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-34,8%	-33,2%	-33,2%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-26,2%	-24,6%	-24,6%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	11,6%	14,1%	13,6%

Em virtude dos expressivos resgates sazonais de títulos públicos em mercado e do acréscimo nos haveres, a dívida interna líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de abril inferior em R\$ 5,5 bilhões ao saldo do mês anterior.

As emissões de títulos da DPMFi, em abril, totalizaram R\$ 36,6 bilhões, compostas por ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. O montante resgatado foi de R\$ 45,9 bilhões, resultando em resgate líquido de títulos públicos de R\$ 9,3 bilhões.

Emissões e Resgates

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 36,3 bilhões sendo: i) R\$ 23,5 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2005, abril e julho de 2006 e janeiro de 2007; ii) R\$ 11,8 bilhões em LFT, com vencimentos em setembro de 2007, março e dezembro de 2008 e setembro de 2009; iii) R\$ 357,0 milhões em NTN-C, com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; iv) R\$ 350,3 milhões em NTN-F, com

O Tesouro Nacional realizou, em abril, resgate líquido de títulos no valor de R\$ 9,3 bilhões.

vencimentos em janeiro de 2008 e 2010; e v) R\$ 282,2 milhões em NTN-B, com vencimento em maio de 2009, 2015 e 2045 e agosto de 2024.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 201,9 milhões, sendo as principais: i) R\$ 124,5 milhões em títulos da dívida agrária para fins de indenizações de desapropriações para a reforma agrária; e ii) R\$ 73,9 milhões em CFT-E1 para o Fies.

Em abril, foram emitidas LTN no montante de R\$ 23,5 bilhões, ao passo que os resgates alcançaram R\$ 37,1 bilhões, em virtude da concentração de vencimentos desses títulos programados para o início de cada trimestre.

Boxe 1 – Tesouro Direto

Em abril de 2005, a venda de títulos do Tesouro Nacional por meio do programa Tesouro Direto totalizou R\$ 46,1 milhões. Em relação a abril de 2004, verificou-se aumento de 66,4% nas vendas. Os títulos mais demandados pelos investidores foram as LTN, representando 58,8% do montante vendido, seguidas pelas LFT (23,0%). O número de investidores cadastrados apresentou aumento, alcançando 38.528 pessoas.

As vendas acumuladas no 1º quadrimestre de 2005 apresentaram aumento de 89,3% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 206,2 milhões contra R\$ 108,9 milhões).

Destaca-se que neste mês o programa atingiu o maior valor médio por operação, R\$ 13,2 mil, desde seu início em janeiro de 2002.

TABELA 6
EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, ABR/2005

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSIONES	36.337,2	201,9	46,1	36.585,3
LFT	11.838,5	0,0	10,6	11.849,1
LTN	23.509,2	0,0	27,1	23.536,2
NTN-B	282,2	0,0	1,7	283,9
NTN-C	357,0	0,0	5,8	362,8
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	350,3	0,0	1,1	351,4
TDA	0,0	124,5	0,0	124,5
Securitizada*	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,0	77,4	0,0	77,4
II. RESGATES**	40.709,9	5.145,8	21,8	45.877,5
LFT	2.596,2	3.055,6	1,3	5.653,1
LTN	36.914,2	200,2	13,9	37.128,3
NTN-B	142,6	0,0	0,7	143,2
NTN-C	1.056,9	103,3	5,4	1.165,6
NTN-D	0,0	24,7	0,0	24,7
NTN-F	0,0	0,0	0,6	0,6
TDA	0,0	21,1	0,0	21,1
Securitizada*	0,0	593,3	0,0	593,3
Demais	0,0	1.147,6	0,0	1.147,6
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-4.372,6	-4.943,9	24,3	-9.292,2

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Tesouro Direto, totalizaram R\$ 46,1 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 27,1 milhões em LTN com vencimentos em outubro de 2005, janeiro, abril e julho de 2006 e janeiro de 2007; ii) R\$ 10,6 milhões em LFT com vencimentos em junho de 2006, janeiro de 2007 e março de 2009; iii) R\$ 5,8 milhões em NTN-C com vencimentos em março de 2011, julho de 2017, abril de 2021, e janeiro de 2031; iv) R\$ 1,7 milhão em NTN-B com vencimentos em agosto de 2006 e 2024 e maio de 2009, 2015 e 2045; e v) R\$ 1,1 milhão em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008.

O volume total de títulos públicos resgatados, em abril, atingiu R\$ 45,9 bilhões, sendo R\$ 43,1 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 2,8 bilhões referentes a cancelamentos. Do pagamento de principal e juros destacam-se os resgates de LTN no montante de R\$ 37,1 bilhões, enquanto que os resgates mais importantes foram: i) R\$ 1,8 bilhão em LFT, aceitas nos leilões de troca por LFT de prazo mais longo; e ii) R\$ 261,3 milhões em LFT e R\$ 27,2 milhões em NTN-C, aceitas no leilão de NTN-C; iii) R\$ 146,0 milhões em LFT e R\$ 18,4 milhões em NTN-C aceitas no leilão de NTN-B.

Boxe 2 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Visando fortalecer o mercado de títulos públicos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, no mês de abril, leilões de NTN-B, remuneradas pelo IPCA, e NTN-C, remuneradas pelo IGP-M.

O leilão tradicional de NTN-B ocorreu nos dias 13 e 14 de abril, com liquidação financeira em 15 de abril. O montante vendido foi de R\$ 254,5 milhões, tendo sido recebidos R\$ 163,1 milhões (64,1%) em troca por outros títulos e R\$ 91,4 milhões (35,9%) em dinheiro. Os títulos com vencimento em 2045 foram os que apresentaram maior participação, representando 59,5% do total vendido. Por sua vez, aqueles com vencimento em 2015, 2024 e 2045 foram vendidos às taxas de 9,00% a.a., 8,94% a.a. e 9,10% a.a., respectivamente.

Destaca-se, também, a realização de leilões de compra e venda simultânea de NTN-B no dia 04 de abril, com o propósito de fornecer parâmetros de preço para sua negociação. As compras totalizaram R\$ 142,6 milhões e as vendas R\$ 27,7 milhões.

No que tange às NTN-C, o montante negociado foi de R\$ 357,0 milhões nos leilões realizados nos dias 30 e 31 de março, com liquidação financeira para o dia 1º de abril de 2005. Desse montante, R\$ 287,8 milhões corresponderam à parcela recebida em títulos (80,6%), e R\$ 69,2 milhões, à parcela recebida em dinheiro (19,4%). Os títulos com vencimento em 2017 representaram 75,2% do total vendido, saindo à taxa de 8,34% a.a.. A taxa de venda observada para as NTN-C com vencimento em 2021 e 2031 foi de 8,35% a.a..

Conforme o cronograma de abril, realizou-se leilão de NTN-C, nos dias 28 e 29 de abril, com liquidação financeira em 2 de maio de 2005. O montante total negociado foi de R\$ 246,2 milhões, sendo que 67,1% corresponderam à parcela recebida em títulos (R\$ 165,1 milhões), e os 32,9% restantes à venda em dinheiro (R\$ 81,1 milhões).

Os vencimentos ofertados foram 2017, 2021 e 2031, sendo que a taxa de venda foi de 8,34% a.a. para 2017 e 8,35% a.a. para os títulos com vencimento em 2021 e 2031. Ressalta-se que a NTN-C com vencimento em 2017 foi o título mais demandado, representando 78,8 % do total negociado.

Em relação à composição da DPMFi, observou-se aumento na participação de títulos remunerados pela taxa Selic em 1,28 ponto percentual, devido à emissão líquida de LFT no valor de R\$ 6,2 bilhões. Em contrapartida, houve redução na participação dos títulos prefixados em 1,37 ponto percentual, devido ao resgate líquido sazonal de LTN no valor de R\$ 13,6 bilhões, e daqueles indexados ao câmbio em 0,16 ponto percentual, devido ao resgate líquido de NTN-D no valor de R\$ 24,7 milhões.

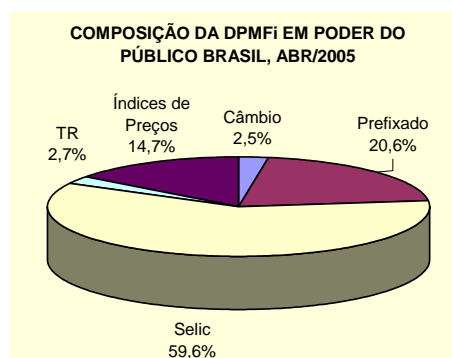
Composição

Os títulos remunerados pela taxa Selic tiveram sua participação na DPMFi aumentada em 1,28 ponto percentual, enquanto que os prefixados e indexados ao câmbio reduziram-se em 1,37 e 0,16 ponto percentual, respectivamente.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE* BRASIL, 2004/2005 (%)

INDEXADOR	2004		2005
	ABR	MAR	ABR
Selic	61,40	58,31	59,59
Câmbio	5,66	2,64	2,48
Prefixados	16,44	21,95	20,58
Índices de Preços	14,75	14,54	14,66
TR	1,73	2,56	2,69

* Não inclui dívida agrícola.



Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público diminuiu de 19,37% a.a. em março para 16,71% a.a. em abril. A principal causa dessa queda foi a apreciação do câmbio (variação de -5,06%, em abril, contra 2,74%, em março) que refletiu na redução do custo da NTN-D de 52,71%, em março, para -41,78%, em abril.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi também apresentou queda, ao passar de 18,71% a.a. em março para 18,20% a.a. em abril, provocada, principalmente, pela queda da taxa Selic (0,12 ponto percentual) e da TR (0,06 ponto percentual).

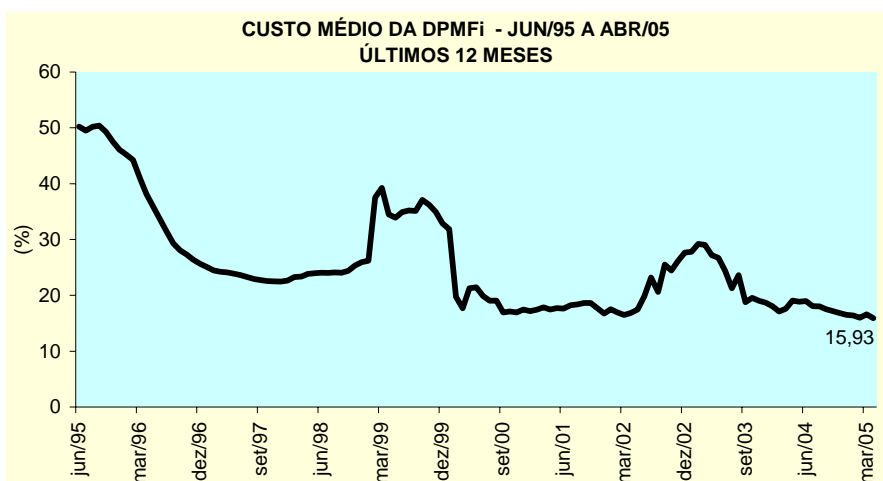
TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2000/2005 (% anual)

PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003	22,91	18,41
2004	Abr	17,61
	Mai	17,13
	Jun	17,43
	Jul	17,57
	Ago	17,24
	Set	16,22
	Out	15,29
	Nov	17,49
Dez	17,37	
2004	17,17	16,39
2005	Jan	16,93
	Fev	17,34
	Mar	18,71
	Abr	18,20

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado da DPMFi em poder do público diminuiu de 19,37%, em março, para 16,71%, em abril.

O custo médio da DPMFi, acumulado nos últimos 12 meses, apresentou diminuição, passando de 16,59% a.a., em março, para 15,93% a.a., em abril, devido à apreciação do câmbio neste período (de 5,06%, em abril de 2005, contra uma depreciação de 1,24%, em abril de 2004) e à queda da taxa de inflação medida pelo IGP-M (0,86% em abril de 2005 contra 1,21% em abril de 2004). Esse é o menor percentual observado de toda a série histórica, que teve início em junho de 1995.



O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses atingiu 15,93 % em abril, menor percentual de toda a série histórica.

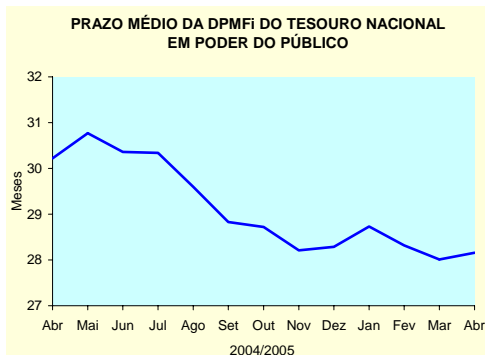
Em abril, o prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou aumento de 0,15 mês (28,16 meses, em abril, contra 28,01 meses, em março). O que explica-se, principalmente, pela emissão de LFT com prazo de 34,73 meses e de LTN com prazo de 14,40 meses, ambos superiores ao prazo médio de estoque desses títulos em março (18,46 meses e 5,35 meses, respectivamente).

Prazo Médio

**TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005**

PERÍODO		Meses	
		TOTAL	OF. PUB. (1)
2004	Abr	30,22	22,69
	Mai	30,77	23,57
	Jun	30,36	23,24
	Jul	30,34	23,23
	Ago	29,60	22,42
	Set	28,83	21,60
	Out	28,72	21,65
	Nov	28,21	21,18
	Dez	28,29	20,69
	2005	Jan	28,73
Fev	28,32	21,26	
Mar	28,01	21,10	
Abr	28,16	21,50	

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005**

TÍTULOS	2004		2005	
	ABR	MAR	ABR	MAR
LTN	8,15	5,35	6,94	18,09
LFT	20,16	18,46	18,09	18,09
NTN-B	108,71	105,13	104,69	67,42
NTN-C	69,96	67,32	67,42	18,30
NTN-D	12,45	19,19	18,30	64,07
TDA	60,88	65,15	64,07	76,26
Divida Securitizada*	59,74	78,05	76,26	91,46
Demais	103,93	92,27	91,46	28,16
TOTAL	30,22	28,01	28,16	28,16

(*) Inclui dívida agrícola.

Dívida Externa Líquida

O estoque da dívida externa líquida, em moeda nacional, no mês de abril apresentou decréscimo de 6,3%, provocado – principalmente – pela amortização de *bradies* e pela apreciação do real frente ao dólar, conforme citado anteriormente. Como consequência em especial do primeiro evento, o saldo da dívida, expresso na moeda norte-americana registrou diminuição de 1,3%.

A dívida externa líquida expressa em reais diminuiu R\$ 13,0 bilhões, em virtude da amortização de bradies e da apreciação cambial ocorrida no mês.

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004	2005	
	ABR	MAR	ABR
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	166.315	167.327	156.422
Bônus de Renegociação	45.444	38.487	34.186
Bônus de Captação	120.871	128.840	122.235
II. DÍVIDA CONTRATUAL	52.028	42.038	39.844
Organismos Multilaterais	28.616	24.238	22.927
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.405	8.398	7.968
Clube de Paris	14.007	9.403	8.948
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	218.343	209.365	196.265
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.673	-3.779	-3.740
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-380	-443	-343
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	214.290	205.143	192.182
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	13,4%	11,2%	10,4%

O serviço da DPFe, em abril, totalizou R\$ 5,7 bilhões, dos quais R\$ 3,0 bilhões referem-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 2,7 bilhões ao pagamento de principal. Conforme cronograma contratual, foram amortizados R\$ 2,4 bilhões de *bradies*, além de desembolsos para pagamento de juros e encargos desses títulos de R\$ 1,0 bilhão.

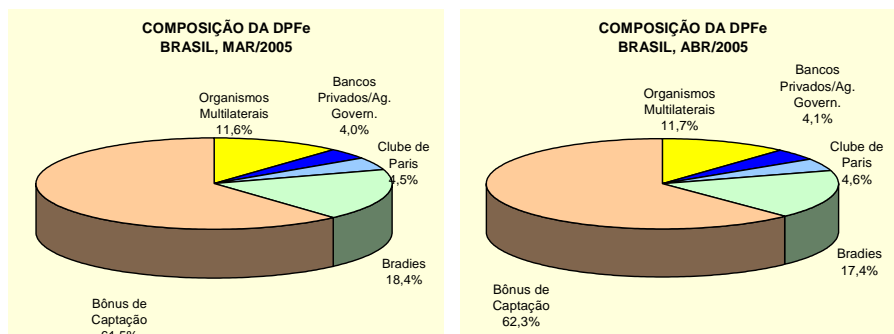
TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, ABR/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	2.722,2	2.950,1	5.672,3
I.1. Organismos Multilaterais	247,1	84,4	331,5
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	66,9	200,8	267,7
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	2.408,1	2.664,9	5.073,0
BEA-Bradies	2.408,1	1.005,2	3.413,3
EURO 2009	0,0	199,4	199,4
GLOBAL 2008	0,0	156,3	156,3
GLOBAL 2009	0,0	375,7	375,7
GLOBAL 2010	0,0	155,5	155,5
GLOBAL 2010B	0,0	179,6	179,6
GLOBAL 2019	0,0	114,4	114,4
GLOBAL 2024	0,0	247,2	247,2
GLOBAL 2024B	0,0	94,8	94,8
MARCO ALEMÃO 2008	0,0	90,6	90,6
SAMURAI 2007	0,0	46,3	46,3

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 5,7 bilhões no mês, dos quais R\$ 3,4 bilhões referem-se aos desembolsos programados de bradies.

Em relação à composição da DPFe, destaca-se a diminuição da participação dos Bônus de Renegociação em 0,96 ponto percentual, devido à mencionada amortização dos *bradies*.

Composição



No mês, os *bradies* tiveram sua participação na DPFe reduzida em 0,96 ponto percentual.

O prazo médio da dívida mobiliária externa apresentou pequeno acréscimo em relação a março, passando de 5,71 anos para 5,78 anos. Esse movimento está associado à amortização dos *bradies*, cuja proximidade dos vencimentos vinha reduzindo o prazo médio do estoque da dívida mobiliária. Em consequência, o prazo médio dos Bônus de Renegociação passou de 5,28 anos para 5,63 anos, ao passo que os Bônus de Captação tiveram redução apenas marginal, em função da aproximação dos seus vencimentos.

Prazo e Custo Médios

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005
	ABR	MAR	ABR
PRAZO MÉDIO (ANOS)	6,16	5,71	5,78
Bônus de Renegociação	5,79	5,28	5,63
Bônus de Captação	6,16	5,84	5,82
Globais	7,09	6,80	6,79
Euros	3,24	3,08	3,01
Demais	2,71	1,85	1,82
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,88	9,04	9,22
Bônus de Renegociação	4,92	5,47	6,06
Bônus de Captação	10,37	10,11	10,10
Globais	10,71	10,46	10,46
Euros	10,28	9,76	9,76
Demais	6,04	6,08	6,06

* Custo Médio em dólares.

Em abril, a dívida mobiliária externa apresentou aumento do prazo e custo médio, como decorrência da amortização de *bradies* no mês.

No que tange ao custo médio, em dólares, verificou-se acréscimo em relação a março, passando de 9,04% a.a. para 9,22% a.a., provocado pelo aumento das taxas dos *bradies*, em virtude dos títulos amortizados no mês apresentarem menores taxas. Dessa forma, enquanto o custo médio dos Bônus de Renegociação aumentaram de 5,47% ao ano, em março, para 6,06% ao ano, em abril, os Bônus de Captação permaneceram praticamente constantes, em 10,1% ao ano.

Boxe 3 – Brasil emite *Global* com vencimento em 2019

No dia 10 de maio, a República promoveu nova captação de recursos no exterior relativa a 2005, com a reabertura do *Global 2019*, que havia sido emitido originalmente em outubro de 2004, em antecipação das captações previstas para o presente ano. O volume captado chegou a USD 500 milhões, enquanto que na primeira emissão haviam sido captados aproximadamente USD 1 bilhão, valor ofertado naquela ocasião.

O título, que pagará cupom semestral de 8,875% a.a., foi emitido ao preço de 100,375% do seu valor de face, resultando assim, em rentabilidade ao investidor de 8,83% a.a.. O *spread* ficou 458 pontos base acima do título de referência do Tesouro Americano com prazo de 10 anos. Aproveitando o momento foi considerado favorável à reabertura deste título, obteve-se redução da *yield* para o investidor de 0,32 pontos percentuais em relação à primeira captação do *Global 2019*.

Com esta emissão, alcança-se, aproximadamente, 81,7% (USD 4,9 bilhões) das emissões previstas para o ano, restando USD 1,1 bilhão para completar o total programado (de até USD 6,0 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS***Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal***

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Abr/2004	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2005
I. RECEITA TOTAL	35.055,0	33.120,8	33.621,4	35.130,5	33.812,2	34.807,5	36.281,2	34.076,2	48.154,4	41.415,3	35.225,1	38.222,1	42.780,8
I.1. Receitas do Tesouro	27.765,5	25.757,9	25.622,7	27.527,5	26.134,9	27.246,3	28.410,2	26.258,7	34.703,0	33.303,1	27.699,7	29.819,0	34.072,1
I.1.1 Receita Bruta	28.448,6	26.628,2	28.026,6	29.433,9	27.675,9	28.226,2	30.355,4	27.428,5	35.274,6	33.667,1	28.136,7	30.549,7	34.596,2
- Impostos	12.559,4	10.134,3	11.116,4	12.033,3	10.961,8	11.620,0	11.953,6	10.300,5	15.837,6	13.664,9	10.986,8	13.128,7	14.643,1
- Contribuições	12.549,2	13.339,6	14.196,6	13.554,7	13.608,9	13.934,3	14.173,2	13.363,2	15.028,6	15.897,5	13.638,2	14.118,5	14.979,9
- Demais	3.339,9	3.154,3	2.713,6	3.845,9	3.105,2	2.671,8	4.228,6	3.764,8	4.408,5	4.104,7	3.511,8	3.302,6	4.973,2
I.1.2. (-) Restituições	-683,1	-870,3	-2.403,9	-1.906,4	-1.541,0	-979,9	-1.945,2	-1.169,8	-571,6	-364,0	-437,0	-730,7	-524,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.198,2	7.275,8	7.899,9	7.509,3	7.583,4	7.439,5	7.758,7	7.680,8	13.318,7	8.047,0	7.371,0	8.236,1	8.598,3
I.3. Receitas do Banco Central	91,2	87,0	98,7	93,7	94,0	121,7	112,2	136,8	132,7	65,2	154,4	166,9	110,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.430,1	6.602,3	4.210,9	5.316,6	6.033,5	5.063,6	5.704,0	6.220,5	6.342,8	7.396,1	6.699,0	6.209,7	6.557,4
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	4.357,9	5.041,6	3.331,5	3.470,2	4.467,5	3.887,3	4.156,0	4.141,5	5.069,4	5.685,6	4.972,1	4.775,9	5.198,0
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (1)	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	358,3	361,5	359,3	353,2
II.3. Transferências da Cide	404,2	1,1	8,7	254,8	2,6	3,2	434,5	0,0	0,0	465,5	0,0	0,0	430,1
II.4. Demais	384,8	1.276,2	587,3	783,2	1.205,1	814,7	755,1	1.720,6	919,3	886,7	1.365,4	1.074,5	576,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	29.624,8	26.518,5	29.410,5	29.813,9	27.778,7	29.743,9	30.577,2	27.855,7	41.811,6	34.019,2	28.526,1	32.012,4	36.223,4
IV. DESPESA TOTAL	22.500,9	22.788,0	23.765,5	26.224,7	24.357,9	25.127,2	25.877,7	26.135,2	44.567,6	25.848,6	25.921,8	25.251,8	23.304,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.076,9	6.322,1	6.888,8	7.913,6	6.576,0	7.067,8	7.119,6	8.106,9	11.008,8	8.169,5	7.374,0	6.497,6	6.255,5
IV.2. Benefícios Previdenciários	9.286,5	9.418,9	9.940,1	9.920,1	10.154,0	10.077,7	10.314,1	10.141,8	19.922,2	10.497,6	11.169,3	10.573,3	10.611,6
IV.3. Custeio e Capital	6.992,9	6.888,2	6.759,9	8.231,9	7.459,1	7.791,1	8.248,0	7.669,3	13.291,9	7.090,4	7.157,4	7.941,3	6.270,1
IV.3.1. Despesa do FAT	598,0	809,1	648,3	1.193,6	1.007,4	1.057,3	979,7	608,7	1.098,3	615,1	500,8	858,4	671,5
- Abono e Seguro Desemprego	569,6	780,6	621,4	1.159,3	962,0	1.015,5	946,1	579,3	1.022,5	611,5	477,1	830,1	635,4
- Demais Despesas do FAT	28,4	28,5	26,9	34,3	45,3	41,8	33,5	29,4	75,7	3,6	23,7	28,3	36,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	204,6	313,6	21,7	378,9	518,3	327,4	324,8	452,7	2.068,4	307,4	1.162,2	911,7	101,2
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (3)	592,5	601,8	652,8	660,0	667,8	673,4	679,8	686,5	661,9	617,5	692,1	702,6	703,8
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.597,8	5.163,7	5.437,1	5.999,4	5.265,6	5.733,1	6.263,7	5.921,4	9.463,3	5.550,3	4.802,3	5.468,6	4.793,6
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	48,1	45,8	50,9	47,3	45,4	58,9	63,7	54,6	72,7	8,6	105,6	51,0	51,7
IV.5. Despesas do Banco Central	96,4	113,1	125,7	111,8	123,5	131,7	132,3	162,6	271,9	82,5	115,5	188,6	115,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	7.124,0	3.730,4	5.645,1	3.589,2	3.420,8	4.616,7	4.699,5	1.720,5	-2.756,0	8.170,6	2.604,2	6.760,6	12.918,7
V.1. Tesouro Nacional	9.217,4	5.899,6	7.712,2	6.018,1	6.020,9	7.264,8	7.275,0	4.207,4	3.986,8	10.638,5	6.363,7	9.119,4	14.937,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (4)	-2.088,3	-2.143,1	-2.040,2	-2.410,8	-2.570,6	-2.638,1	-2.555,3	-2.461,1	-6.603,5	-2.450,6	-3.798,3	-2.337,1	-2.013,3
V.3. Banco Central (5)	-5,2	-26,1	-27,0	-18,1	-29,5	-10,0	-20,1	-25,8	-139,3	-17,3	38,9	-21,7	-5,5
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (6)	464,0	395,4	307,3	365,5	228,0	285,3	0,0	0,0	0,0	128,6	167,4	200,0	164,2
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-26,7	566,3	-598,3	92,5	117,4	-799,0	815,6	756,4	-353,5	207,8	-644,3	244,4	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (7)	7.561,3	4.692,2	5.354,0	4.047,2	3.766,2	4.103,0	5.515,1	2.476,9	-3.109,5	8.507,0	2.127,3	7.205,0	nd
IX. JUROS NOMINAIS (7)	-6.874,3	-9.548,8	-5.023,5	-4.775,3	-5.818,6	-4.160,4	-8.657,4	-5.153,0	-5.535,7	-9.357,9	-7.851,2	-10.971,7	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (7)	687,0	-4.856,6	330,5	-728,1	-2.052,4	-57,4	-3.142,3	-2.676,1	-8.645,2	-850,9	-5.724,0	-3.766,7	nd
Memo:													
RMV em R\$ mi	142,0	140,2	151,1	146,1	149,9	148,6	147,3	145,9	86,4	143,6	140,9	143,0	140,2

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) A partir de janeiro de 2004 as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

(2) Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(4) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(5) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(6) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(7) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Abr/2004	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2005
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	35.478,1	36.923,5	33.549,2	34.435,2	36.810,4	35.683,2	35.171,2	38.351,0	54.023,2	33.269,0	38.034,5	40.227,9	38.805,6
I.1 - Recolhimento Bruto	25.378,3	27.451,9	23.259,5	24.675,7	27.259,0	26.093,7	24.791,7	28.640,0	37.104,5	22.199,2	28.163,5	29.485,2	27.731,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.959,6	1.144,7	1.148,5	1.185,9	1.061,6	1.119,4	1.502,6	1.038,9	1.969,7	1.550,7	1.262,8	1.543,5	1.248,4
I.4 - Receita das Operações de Crédito	242,9	264,2	166,6	243,4	90,8	103,5	121,8	114,1	385,2	249,7	162,3	170,0	328,8
I.5 - Receita do Salário Educação	176,7	168,2	179,7	181,8	191,8	172,4	189,0	196,5	357,4	171,3	385,2	232,6	204,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	7.717,8	7.891,8	8.792,0	8.137,1	8.197,4	8.192,3	8.558,0	8.329,5	14.194,6	9.077,6	8.057,4	8.793,0	9.281,4
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	2,9	2,6	2,9	11,3	9,8	1,9	8,0	32,0	11,8	20,5	3,2	3,5	10,6
II. DESPESAS	28.561,7	35.197,4	29.854,3	34.151,0	34.953,0	35.634,9	36.897,3	44.256,0	43.653,7	35.899,9	38.739,1	33.182,8	36.658,8
II.1 - Liberações Vinculadas	6.763,1	6.742,2	5.478,7	6.626,9	7.555,8	6.153,1	7.072,5	7.354,3	7.239,3	8.897,6	8.671,2	7.130,5	8.129,0
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.642,6	5.373,2	3.546,7	3.694,0	4.758,7	4.139,5	4.425,9	4.410,5	5.401,4	6.058,9	5.298,9	5.089,3	5.538,3
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	695,3	913,7	325,9	627,3	998,2	380,3	932,0	1.242,6	501,2	808,2	1.149,7	373,4	815,0
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	396,1	361,5	359,3	353,2
II.1.4 - Outras Vinculações	1.141,9	172,0	1.322,7	1.497,3	1.440,7	1.275,0	1.356,3	1.342,9	982,6	1.634,3	1.861,0	1.308,5	1.422,5
II.2 - Liberações Ordinárias	21.798,7	28.455,2	24.375,7	27.524,0	27.397,1	29.481,8	29.824,8	36.901,6	36.414,3	27.002,3	30.067,9	26.052,3	28.529,7
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.205,5	6.661,1	7.946,1	6.482,3	6.938,0	7.121,8	6.931,3	10.240,1	9.342,6	8.539,9	7.215,4	6.293,8	6.457,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	146,3	381,1	409,7	2.279,0	1.168,4	1.018,5	3.498,5	1.859,1	1.138,0	1.664,7	1.665,0	825,9	2.353,5
i) Dívida Contratual Interna	129,1	101,7	109,4	111,3	108,0	109,4	229,0	90,6	424,1	102,7	114,2	108,8	115,7
ii) Dívida Contratual Externa	17,2	279,4	300,2	2.167,7	1.060,4	909,1	3.269,5	1.768,5	714,0	1.562,0	1.550,8	717,1	2.237,8
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	617,3	6.076,8	239,6	2.328,3	3.209,4	2.513,9	3.769,4	4.307,9	1.320,6	2.705,0	4.096,4	2.404,7	3.904,1
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	8.184,0	9.600,1	9.674,4	9.503,1	9.796,6	9.997,3	9.930,1	13.775,2	15.762,4	10.359,5	10.862,7	10.014,8	10.391,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	6.486,7	5.531,4	5.878,8	6.500,8	5.862,1	8.531,8	5.341,0	5.610,1	8.142,4	3.615,0	5.706,6	6.331,5	5.242,3
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	158,9	204,6	227,1	430,5	422,5	298,6	354,5	1.109,2	708,2	118,3	521,8	181,7	181,1
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	6.916,4	1.726,1	3.694,9	284,3	1.857,4	48,3	-1.726,2	-5.904,9	10.369,5	-2.630,9	-704,6	7.045,0	2.146,8
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	24.014,6	8.483,0	23.869,0	30.017,8	19.299,8	23.279,7	3.801,9	33.070,1	33.698,5	38.587,7	31.388,4	34.785,2	35.307,3
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	21.604,6	7.342,8	23.065,4	28.433,9	18.156,8	22.511,2	2.879,8	31.238,4	32.267,7	37.326,9	30.142,2	34.008,6	34.221,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	2.410,0	1.140,1	803,6	1.583,8	1.143,0	768,5	922,1	1.831,7	1.430,7	1.260,8	1.246,2	776,6	1.085,9
V. DESPESAS	3.856,8	34.332,8	20.161,4	29.375,9	18.959,5	15.495,1	36.764,6	28.017,8	21.253,6	37.336,1	22.331,2	17.498,7	37.574,6
V.1 - Amortização da Dívida Interna	2.956,7	33.879,2	16.658,9	27.213,4	18.010,9	13.380,6	32.328,6	25.183,8	20.456,9	35.771,7	22.139,6	17.091,6	36.313,3
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	2.821,5	33.781,9	16.541,1	27.126,6	17.918,1	13.285,5	31.978,5	25.100,7	20.099,8	35.680,0	22.038,9	16.988,4	36.205,6
V.1.2 - Dívida Contratual	135,2	97,3	117,9	86,8	92,7	95,1	350,1	83,1	357,1	91,7	100,7	103,1	107,7
V.2 - Amortização da Dívida Externa	900,2	453,6	3.502,4	2.162,5	948,7	2.114,5	4.436,0	2.834,0	796,7	1.564,4	191,6	407,2	1.261,4
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	18.783,1	-26.439,1	6.524,3	1.307,3	238,7	9.225,7	-29.098,7	6.137,7	12.167,9	1.646,9	8.103,3	17.020,2	-1.984,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	12.012,7	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	39.086,8	-19.065,8	13.797,4	-1.552,0	2.178,1	8.283,3	-34.013,9	-2.594,2	23.375,3	-2.397,8	7.703,2	28.240,3	-1.169,0

(*) Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Abr/2004	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2005
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	20.072,7	20.108,0	7.209,2	28.826,9	5.645,4	10.750,4	28.569,3	13.770,4	4.570,3	6.776,9	12.565,3	16.059,6	20.072,7
I.1. Emissão de Títulos	18.260,7	15.695,3	6.324,7	27.832,0	4.267,7	7.403,3	27.034,7	12.775,3	3.399,6	6.131,9	4.522,7	14.832,1	18.260,7
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.623,0	3.987,4	736,4	890,6	1.233,4	766,4	1.364,0	880,3	1.116,5	608,4	2.342,4	1.103,8	1.623,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	189,0	425,3	148,1	104,2	144,2	84,8	170,7	114,8	54,2	36,6	198,6	123,7	189,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.495,9	0,0	0,0	0,0	0,0	5.501,6	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	8.060,0	15.050,0	814,3	31.305,0	5.665,0	10.300,0	27.894,3	15.511,9	4.009,5	16.130,0	268,6	33.600,2	8.060,0
II.1. Resgate de Títulos	7.600,0	12.800,0	0,1	27.620,0	4.215,0	8.885,8	25.093,9	13.350,0	2.789,5	14.090,9	-605,2	30.208,5	7.600,0
II.2. Encargos da DPMF	460,0	2.250,0	814,2	3.685,0	1.450,0	1.414,2	2.800,4	2.161,9	1.220,0	2.039,1	873,9	3.391,7	460,0
III. RESULTADO (I - II)	12.012,7	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Abr/2004	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2005
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	11,5	6,3	9,4	9,9	7,6	6,7	11,2	10,3	8,1	1,3	32,1	19,4	2,2
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	16,2	133,1	0,0	0,0	0,7	21,7	0,0	26,3	0,8	0,1
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-94,4	-51,1	-105,4	17,2	7,1	7,8	13,5	115,1	156,9	80,0	101,0	125,1	29,6
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,3	0,2	1,2	0,1	0,0	0,4	0,0	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-94,7	-51,1	-98,6	16,9	7,1	7,3	13,3	112,7	146,6	78,0	90,3	115,1	19,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	-6,8	0,0	0,0	0,2	0,0	1,2	10,2	2,0	10,3	10,0	10,0
IV. PRONAF	89,5	57,5	83,2	119,0	94,1	53,0	30,6	89,5	280,3	52,8	71,8	18,1	5,2
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	21,2	19,3	21,0	78,9	73,2	20,9	25,9	28,7	254,5	6,8	38,4	18,6	3,0
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	68,3	38,2	62,2	40,1	20,9	32,1	4,7	60,8	25,8	46,0	33,4	-0,4	2,2
V. PROEX	-4,6	11,4	33,9	73,9	100,5	132,8	36,2	45,1	132,6	3,3	225,0	31,6	-85,8
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	8,6	58,0	13,4	73,7	27,2	54,4	15,4	13,1	160,4	0,0	187,5	16,9	5,3
V.2. Concessão de Financiamento (1)	-13,2	-46,7	20,4	0,2	73,3	78,4	20,8	32,0	-27,9	3,3	37,5	14,7	-91,1
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	36,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	99,4	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. CACAU	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	54,7	63,1	10,2	53,2	61,9	10,4	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9	17,2	22,6
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	129,2	3,5	1.109,1	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	38,4	-9,4	7,6	14,1	0,6	9,8	57,1	62,4	68,5	7,4	9,5	3,1	10,7
XI. TOTAL	95,0	78,4	75,1	303,4	405,0	221,1	277,9	326,6	1.876,6	144,9	469,6	215,3	-15,4

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui Reordenamento de Passivos

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Abr/2004	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2005
I. DÍVIDA INTERNA	186.629,3	162.566,2	165.495,5	160.393,0	164.749,9	171.829,1	174.468,4	182.552,3	210.307,2	213.063,5	233.356,1	256.870,9	251.372,7
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9
Dívida Bancária	25.510,7	25.494,5	25.470,7	25.465,9	25.442,0	25.415,9	25.402,9	25.370,6	25.090,2	25.069,9	25.046,7	24.997,9	24.974,6
INSS	-15.783,3	-15.964,9	-16.197,9	-16.406,9	-16.593,9	-16.811,3	-16.892,0	-16.981,5	-17.120,8	-17.209,8	-17.266,6	-17.335,7	-17.507,3
Lei 7.976/89	-9.422,8	-9.698,8	-9.339,8	-9.094,7	-8.819,6	-8.570,7	-8.565,3	-8.191,1	-7.731,7	-7.547,2	-7.438,6	-7.590,9	-7.266,2
Bônus Renegociação	-18.850,3	-20.034,3	-19.667,6	-19.107,9	-18.595,0	-18.126,7	-17.650,3	-16.887,6	-16.223,1	-15.981,5	-15.777,1	-16.144,4	-14.880,7
Lei 8.727/93	-47.700,2	-47.765,6	-47.823,3	-47.911,6	-47.959,0	-48.014,4	-48.040,4	-48.041,9	-48.043,8	-48.064,9	-48.070,3	-48.000,8	-48.044,1
Lei 9.496/97	-220.618,8	-223.561,6	-227.213,1	-230.668,9	-233.701,8	-237.054,4	-237.968,3	-239.836,1	-242.218,8	-242.599,7	-243.887,9	-245.134,6	-248.071,4
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-32.250,8	-32.698,2	-33.249,1	-33.833,8	-34.364,1	-34.893,8	-35.245,0	-35.496,7	-36.180,0	-36.336,7	-36.533,4	-36.779,7	-37.330,0
Recebíveis das Estatais	-35.361,9	-35.901,4	-36.169,0	-35.738,4	-36.256,1	-37.308,8	-37.036,3	-37.014,0	-37.213,7	-37.632,4	-37.739,7	-38.396,6	-36.918,5
Outros	-44.416,9	-44.471,0	-44.755,0	-45.064,5	-44.925,0	-44.431,8	-44.501,1	-44.659,5	-45.458,7	-45.587,7	-45.178,4	-45.322,2	-45.541,6
Fat	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9
Demais Entidades	-42.201,9	-42.870,8	-43.553,9	-44.165,5	-44.657,8	-45.108,4	-45.778,9	-46.300,3	-47.167,1	-46.937,6	-47.524,0	-47.875,9	-48.736,7
Créditos das Operações Oficiais	-13.649,3	-13.928,3	-13.893,6	-13.721,5	-13.561,0	-13.852,6	-13.215,4	-13.920,6	-13.714,6	-13.462,4	-13.454,6	-13.703,8	-13.219,4
Arrecadação a Recolher	-7.756,6	-4.466,8	-5.725,0	-7.576,0	-6.057,8	-5.565,6	-8.292,0	-6.088,0	-176,0	-10.523,0	-7.055,0	-6.059,0	-10.084,1
II. DÍVIDA EXTERNA	214.290,0	228.178,2	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1
Dívida Mobiliária	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6
Títulos Depositados em Garantias	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1
Dívida Contratual	52.028,2	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6
Disponibilidades	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	400.919,2	390.744,4	392.583,6	382.151,7	380.017,2	383.639,2	387.299,7	387.977,7	410.199,5	408.192,1	431.657,4	462.013,9	443.554,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,0%	24,1%	23,9%	22,9%	22,5%	22,5%	22,5%	22,2%	23,2%	22,8%	23,9%	25,3%	24,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/2004	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2005
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	45.444,3	48.290,0	47.956,7	46.606,5	45.174,5	43.972,3	41.278,6	39.460,7	38.358,1	37.930,3	37.499,7	38.487,3	34.186,4
Brazil Investment Bond (BIB)	866,3	920,6	914,2	890,5	863,1	796,8	796,2	761,1	739,8	731,6	723,3	701,8	666,3
Par Bond (PB)	4.532,5	4.816,3	4.783,1	4.643,5	4.500,9	4.385,5	4.382,3	4.189,3	4.072,2	4.026,8	3.981,1	4.090,3	3.883,4
Discount Bond (DB)	3.951,2	4.198,6	4.169,6	3.971,9	3.849,9	3.751,2	3.743,0	3.578,2	3.478,2	3.439,4	3.400,4	3.493,7	3.316,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.375,1	1.461,2	1.451,2	1.413,5	1.370,0	1.334,9	1.200,6	1.147,7	1.115,6	1.103,2	1.090,6	1.120,6	945,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	18.340,2	19.488,6	19.354,1	18.851,5	18.272,3	17.803,9	16.901,3	16.156,9	15.705,5	15.530,4	15.354,0	15.775,3	14.188,9
Debt Conversion Bond (DCB)	10.405,9	11.057,5	10.981,2	10.696,0	10.367,4	10.101,6	9.463,4	9.046,6	8.793,8	8.695,8	8.597,0	8.832,9	7.827,0
New Money Bond (NMB)	3.067,3	3.259,4	3.236,9	3.152,8	3.055,9	2.977,6	2.677,9	2.560,0	2.488,4	2.460,7	2.432,8	2.499,5	2.109,4
Eligible Interest (EI)	2.905,7	3.087,7	3.066,4	2.986,8	2.895,0	2.820,8	2.114,0	2.020,9	1.964,5	1.942,6	1.920,5	1.973,2	1.248,9
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	120.870,7	128.958,8	130.425,9	128.839,2	125.277,7	124.333,7	127.819,6	123.481,5	122.011,2	119.477,6	123.460,9	128.839,8	122.235,2
Euro 2004	1.730,3	1.872,1	1.859,7	1.783,6	1.753,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2005	4.371,7	4.730,0	4.698,5	4.506,4	4.429,3	4.403,9	4.501,9	4.499,1	4.480,9	4.240,1	4.259,2	4.283,9	4.039,8
Euro 2006	2.429,5	2.628,6	2.611,1	2.504,3	2.461,5	2.447,4	2.501,9	2.500,3	2.490,2	2.356,4	2.367,0	2.380,7	2.245,1
Euro 2007	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4
Euro 2009	1.765,6	1.910,3	1.897,6	1.820,0	1.788,9	1.778,6	1.818,2	1.817,1	1.809,7	1.712,5	1.720,2	1.730,2	1.631,6
Euro 2010	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4
Euro 2011	3.531,3	3.820,7	3.795,2	3.640,0	3.577,8	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2
Euro 2012	-	-	-	-	-	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2
Euro 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.720,2	1.730,2	1.631,6
Eurolibra 2007	786,2	860,8	849,0	826,7	793,7	777,6	788,6	784,0	768,9	742,0	749,0	756,8	725,5
Euroliira 2017	1.367,8	1.479,8	1.470,0	1.409,9	1.385,8	1.377,8	1.408,5	1.407,6	1.401,9	1.326,6	1.332,5	1.340,3	1.263,9
Global 2005	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3
Global 2006	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0
Global 2007	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3
Global 2008	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3
Global 2009	5.889,4	6.258,2	6.258,2	6.068,0	5.823,7	5.661,2	5.509,4	5.299,6	5.136,3	4.981,2	4.828,3	4.675,5	4.520,6
Global 2010	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3
Global 2011	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1
Global 2012	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1
Global 2013	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1
Global 2014	-	-	-	2.270,1	2.200,4	2.144,0	2.142,4	2.048,0	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1
Global 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.666,2	2.531,3
Global 2019	-	-	-	-	-	-	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3
Global 2020	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3
Global 2024	8.759,6	9.308,1	9.243,9	9.003,8	8.727,2	8.503,5	8.497,2	8.123,0	7.896,0	7.808,0	7.719,4	7.931,2	7.529,9
Global 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.243,8	3.332,8	3.164,1
Global 2027	10.306,5	10.951,9	10.876,3	10.593,8	10.268,3	10.005,1	9.997,8	9.557,5	9.290,4	9.186,8	9.082,5	9.331,7	8.859,6
Global 2030	4.711,5	5.006,6	4.972,0	4.842,9	4.694,1	4.573,8	4.570,4	4.369,1	4.247,0	4.199,7	4.152,0	4.265,9	4.050,1
Global 2034	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0
Global 2040	15.186,7	16.137,7	16.026,3	15.610,1	15.130,5	14.742,7	14.731,9	14.083,1	13.689,6	13.536,2	13.383,2	13.750,4	13.054,7
Marco Alemão 2007	1.805,5	1.953,5	1.861,1	1.829,3	1.818,8	1.859,3	1.859,3	1.858,1	1.751,2	1.759,0	1.759,0	1.769,2	1.668,4
Marco Alemão 2008	1.354,1	1.465,1	1.455,3	1.395,8	1.372,0	1.364,1	1.394,5	1.393,6	1.388,0	1.313,4	1.319,3	1.326,9	1.251,3
Samurai 2006	1.597,1	1.712,8	1.712,2	1.629,1	1.610,1	1.557,7	1.607,0	1.588,8	1.553,0	1.517,0	1.486,6	1.489,6	1.447,2
Samurai 2007	2.129,5	2.283,7	2.282,9	2.172,2	2.146,8	2.075,7	2.142,6	2.118,4	2.070,7	2.022,7	1.982,2	1.986,1	1.929,7
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1
III. DÍVIDA CONTRATUAL	52.028,2	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6
IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0
V. TOTAL (I+II+III+IV)	214.290,0	228.178,2	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	13,4%	14,1%	13,8%	13,3%	12,8%	12,4%	12,3%	11,8%	11,3%	10,9%	11,0%	11,2%	10,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Abr/2004	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2005
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.029.020,5	1.017.380,1	1.037.579,1	1.038.438,3	1.045.751,0	1.057.082,6	1.066.393,2	1.074.803,4	1.102.253,5	1.116.862,3	1.130.190,1	1.159.027,9	1.160.228,9
I. Dívida em Mercado	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9
Dívida Securitizada	19.163,1	19.210,3	19.389,5	19.331,3	19.466,0	19.294,0	19.095,8	18.899,9	25.448,5	25.359,7	25.390,9	25.278,3	24.905,3
TDA	2.066,4	2.125,3	2.125,8	2.172,4	2.388,3	2.390,0	2.519,7	2.483,6	2.410,8	2.581,9	2.650,3	2.647,1	2.766,4
LTN	120.271,3	121.509,0	126.436,0	113.756,1	125.601,0	133.273,0	133.507,8	144.909,2	159.841,6	151.278,6	169.563,8	183.444,7	172.039,5
LFT	442.530,7	417.499,1	420.989,2	436.969,6	430.126,0	434.074,0	443.118,8	442.979,0	448.719,6	477.176,7	478.954,6	489.467,6	502.752,1
LFT-A	3.668,5	3.682,6	3.696,5	3.704,4	3.720,2	3.734,2	3.746,5	3.759,9	3.781,8	3.799,7	3.811,3	3.834,0	3.852,2
LFT-B	5.938,6	5.958,6	5.513,2	5.533,8	5.563,8	5.504,5	5.385,9	5.332,3	5.326,6	5.328,4	5.332,2	5.312,7	4.965,1
NTN-A	13.097,3	13.944,3	13.875,5	13.545,0	13.159,4	12.807,2	12.651,4	12.122,1	11.812,6	11.709,2	11.603,5	11.904,2	11.164,4
NTN-B	22.786,4	22.437,3	23.591,3	25.248,1	25.372,1	25.745,6	26.194,6	25.786,8	26.306,3	26.826,0	26.715,2	26.987,4	27.476,6
NTN-C	66.681,5	69.979,0	72.470,1	72.781,4	74.820,9	75.844,9	76.422,8	77.962,6	78.740,7	78.061,3	79.010,0	80.281,9	80.962,7
NTN-D	23.849,4	23.758,7	23.603,0	21.484,3	20.890,8	20.309,1	17.128,0	14.881,0	11.772,9	7.936,3	6.177,3	6.179,1	5.903,6
NTN-F	1.298,4	1.309,1	1.311,6	1.265,3	1.282,2	1.297,4	1.604,5	1.982,1	2.830,9	3.382,1	4.312,6	4.798,4	5.212,6
NTN-I	1.557,9	1.661,1	1.629,0	1.633,2	1.589,2	1.579,0	1.557,8	1.484,6	1.563,6	1.529,5	1.663,4	1.686,1	1.594,8
NTN-P	2.690,3	2.707,7	2.725,6	2.744,2	2.763,1	2.781,3	2.798,0	2.814,9	2.835,9	2.855,2	2.872,0	2.893,5	2.913,5
CFT-A	12.207,0	12.263,4	12.318,3	12.160,9	12.198,3	12.187,7	11.965,2	11.931,0	11.477,7	11.195,3	11.067,6	11.042,2	11.008,6
CFT-D	2.864,5	3.034,6	3.004,1	2.917,0	2.818,4	2.737,2	2.724,3	2.595,7	2.515,0	2.478,7	2.442,0	2.500,9	2.366,2
Demais	3.783,1	3.868,2	3.736,1	3.756,7	3.784,1	3.807,2	3.793,0	3.820,7	3.833,2	3.950,5	3.861,8	3.858,0	3.865,2
II. Dívida com BACEN	284.566,1	292.431,8	301.164,2	299.434,7	300.207,0	299.716,4	302.179,0	301.058,0	303.035,9	301.413,3	294.761,5	296.911,8	296.480,0
LTN	120.829,4	122.606,5	124.775,1	103.178,7	108.903,7	114.717,6	102.506,1	114.477,1	126.149,3	111.193,3	107.432,2	119.486,5	118.773,6
LFT	91.895,5	95.509,8	102.678,0	124.225,5	121.176,3	119.584,8	133.999,4	123.646,1	116.051,2	135.136,4	132.964,6	125.181,3	126.974,2
NTN-D	57.785,9	60.465,2	59.726,6	58.070,3	56.243,9	51.476,7	51.607,8	49.032,0	47.070,4	41.593,3	40.948,5	39.025,3	37.364,6
Demais	14.055,2	13.850,3	13.984,5	13.960,0	13.883,2	13.937,3	14.065,8	13.902,9	13.765,0	13.490,3	13.416,2	13.218,7	13.367,6
Dívida em Mercado/PIB	46,4%	44,7%	44,8%	44,4%	44,2%	44,4%	44,3%	44,3%	45,2%	45,6%	46,2%	47,2%	46,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Abr/2004	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2005
I. INTERNA	-137.525,0	-139.385,7	-142.356,5	-144.952,3	-145.402,8	-146.322,9	-147.742,6	-149.446,6	-149.919,4	-152.510,2	-154.717,5	-155.775,3	-158.487,5
Dívida contratual	489,7	506,5	476,6	466,2	453,4	441,1	429,7	414,2	380,2	373,9	370,4	377,8	346,5
FAT	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9
Aplicações financeiras	-3.474,0	-3.738,6	-3.770,3	-3.785,0	-3.787,7	-3.800,6	-3.873,3	-3.875,0	-3.658,6	-3.666,1	-3.805,1	-3.860,9	-3.891,1
Fundos Regionais	-26.528,0	-26.790,0	-27.283,2	-27.668,8	-28.062,0	-28.403,8	-28.870,3	-29.237,8	-29.605,6	-29.967,5	-30.424,2	-30.953,3	-31.412,0
Demais	-12.689,6	-12.848,7	-12.977,0	-13.178,0	-13.261,4	-13.345,0	-13.465,0	-13.601,7	-14.283,1	-13.677,9	-13.665,1	-13.439,6	-13.780,1
II. EXTERNA	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0
Disponibilidades	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-137.905,2	-139.793,0	-142.746,4	-145.309,0	-145.777,3	-146.785,1	-148.201,1	-149.862,6	-150.296,4	-152.952,2	-155.178,4	-156.218,8	-158.830,5
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,7%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,5%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,6%

(-) Haver (+) Obrigação
Obs.: Dados sujeitos a alteração

COMENTÁRIOS

No mês de abril de 2005, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 8,6% (oito vírgula seis por cento) quando comparados aos repasses efetuados em março de 2005.

Em abril de 2005, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.245,4 milhões, contra R\$ 3.910,2 milhões no mês de março de 2005, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023. **Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (0xx61) 481-8000.**

Alertamos, novamente, aos beneficiários dos Fundos de Participação que a partir do mês de junho de 2005, inicia-se o processo de restituição do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, ano base 2004, com reflexo no valor das cotas do Fundo.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	ABR	MAR	JAN A ABR	ABR/05 MAR/05	ABR/05 ABR/04	JAN A ABR/05 JAN A ABR/04
2004	2.135,2	1.938,4	8.662,0	-	-	-
2005	2.552,3	2.350,8	10.154,5	+8,6%	+19,5 %	+17,2 %

ANO	FPE* (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	ABR	MAR	JAN A ABR	ABR/05 MAR/05	ABR/05 ABR/04	JAN A ABR/05 JAN A ABR/04
2004	2.040,3	1.852,2	8.277,0	-	-	-
2005	2.438,9	2.246,3	9.703,2	+8,6%	+19,5%	+17,2 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

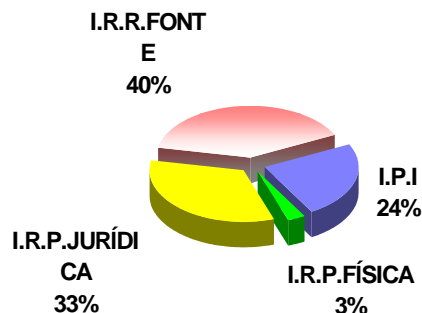
De acordo com a Portaria STN 678/04 os créditos relativos ao mês de **abril** foram efetuados nas seguintes datas: **08/04, 20/04 e 29/04**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
ABR	+2,0%	+8,6%	+2,0%	+8,6%	+8,0%	+15,7%

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **abril** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

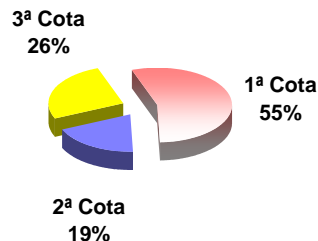
**BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE
FNO FNE FCO**



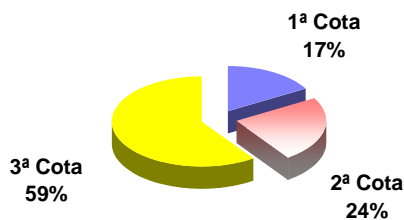
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de março a 20 de abril de 2005, conforme demonstrativo abaixo: R\$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)(2)	FUNDEF(2)
3ºDEC/MAR	344,5	5.895,2	6.239,7						
ABR/2005	2.101,7	10.917,8	13.019,6	ABR/2005	2.552,4	2.073,1	2.169,5	175,7	779,7
1ºDEC/ABR	489,5	1.658,0	2.147,5	3º Dec/Mar	1.403,9	1.140,3	1.193,3	29,3	417,0
2ºDEC/ABR	1.233,3	1.723,4	2.956,7	1º Dec/Abr	483,2	392,5	410,7	41,6	149,1
3ºDEC/ABR	378,9	7.536,5	7.915,4	2º Dec/Abr	665,3	540,3	565,5	104,8	213,6

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	12.130,38	70.920,32	18,36	14.697,94
AL	51.661,50	86.242,51	435,56	25.380,16
AM	29.821,24	57.847,43	4.709,52	16.730,38
AP	7.629,03	70.733,75	3,71	14.002,13
BA	193.827,10	194.791,45	10.609,32	72.031,54
CE	113.537,19	152.100,36	2.310,02	47.977,10
DF	4.813,49	14.308,45	49,24	3.727,29
ES	38.748,89	31.096,31	7.832,33	15.519,71
GO	78.838,74	58.939,95	1.761,50	25.191,98
MA	88.227,61	149.639,60	1.664,31	56.900,91
MG	285.364,54	92.345,68	19.967,64	75.662,66
MS	32.268,48	27.613,53	1.123,72	11.290,44
MT	41.052,97	47.844,79	1.672,25	16.807,81
PA	78.978,48	126.707,11	6.594,73	46.838,62
PB	70.140,95	99.278,09	689,35	30.141,30
PE	109.864,08	143.047,18	981,72	42.948,52
PI	54.015,79	89.586,40	95,55	26.687,31
PR	146.504,27	59.771,26	19.590,57	44.143,79
RJ	64.086,67	31.670,56	18.147,30	22.593,43
RN	53.898,32	86.611,52	1.187,77	25.159,36
RO	19.751,40	58.369,85	250,78	13.936,34
RR	10.595,86	51.427,08	11,44	10.963,50
RS	146.364,03	48.817,06	25.265,38	43.134,40
SC	84.355,85	26.531,37	15.462,53	23.823,31
SE	31.579,91	86.143,01	118,48	20.901,99
SP	291.037,40	20.730,88	35.143,72	73.495,41
TO	33.284,29	89.972,00	21,80	21.788,41
Total	2.172.378,48	2.073.087,52	175.718,58	842.475,75

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. e FUNDEF-União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Mai/Abr	Jun/Mai	Jul/Jun
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	+11,0 %	-4,0 %	-25,0 %
IPI-EXP	-2,0 %	+2,0 %	+6,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jul/2004	30/08/04	Dez/2004	09/02/05
Ago/2004	30/09/04	Jan a Dez/2004	10/02/05
Set/2004	20/10/04	Jan/2005	16/02/05
Out/2004	26/11/04	Fev/2005	17/03/05
Nov/2004	21/12/04	Mar/2005	19/04/05

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de dezembro de 2004, a Portaria STN 678, de 16 de dezembro de 2004, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2005.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116/3023 Fax: (61) 412.1580

Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em abril de 2005, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$2.593,2 milhões, contra R\$ 2.727,4 milhões em março de 2005. Os repasses para o Fundo apresentaram decréscimo de 4,9% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de 7,9% do ICMS-FUNDEF.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições de rendimentos das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: > Governo, > DAF-Distribuição da Arrecadação Federal-> Clique aqui para ver Demonstrativo.

Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional:(061)481-8000.

Origens	março		abril		R\$ Mil
	Partc.	Partc.	Partc.	Partc.	ABR/ MAR
FPM	349.986,4	12,8%	379.986,5	14,7%	8,6%
FPE	336.955,9	12,4%	365.839,0	14,1%	8,6%
IPI-EXP	26.795,3	1,0%	31.009,2	1,2%	15,7%
LC 87/96	42.390,3	1,6%	42.390,3	1,6%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	69.752,7	2,6%	23.250,9	0,9%	-
ICMS	1.901.563,5	69,7%	1.750.808,1	67,5%	-7,9%
Total	2.727.444,1	100%	2.593.283,9	100%	-4,9%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 2104-8648, 2104-9270, 2104-9295
- por meio do Fax (61) 2104-9283;
- por meio de e-mail: fundef@mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de
Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116//3023 Fax: (61) 412. 1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

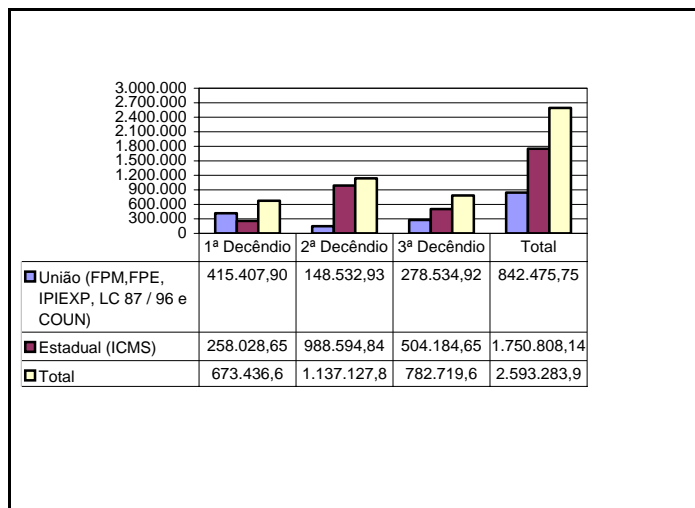
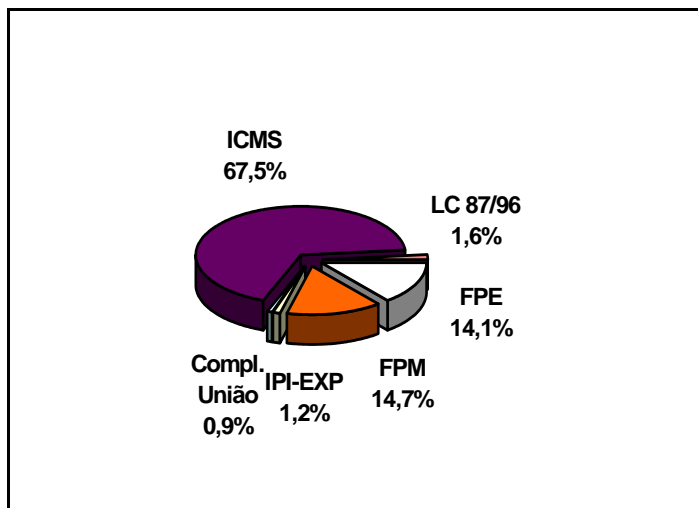
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2005 - PORTARIA Nº 041, DE 29 DE MARÇO DE 2005

Portaria MF nº 41, de 29 de março de 2005, publicado no D.O.U. em 31/03/05, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2005.

MÊS	ALAGOAS	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
MARÇO	1.830.630	41.751.495	22.568.445	3.602.085	69.752.655
ABRIL	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
MAIO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
JUNHO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
JULHO	1.830.630	41.751.495	22.568.445	3.602.085	69.752.655
AGOSTO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
SETEMBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
OUTUBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
NOVEMBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
DEZEMBRO	2.440.840	55.668.660	30.091.260	4.802.780	93.003.540
TOTAL	10.373.570	236.591.805	127.887.855	20.411.815	395.265.045

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - ABRIL/2005 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	144.012	12.515	2.141	3	0	39	4.602	19.300	134,0	517,2
AL	686.155	15.219	9.117	77	610	357	12.772	38.152	55,6	224,3
AM	737.073	10.208	5.263	831	0	428	33.413	50.143	68,0	275,8
AP	124.616	12.482	1.346	1	0	173	361	14.363	115,3	517,6
BA	2.886.955	34.375	34.205	1.872	0	1.580	74.865	146.896	50,9	210,8
CE	1.585.399	26.841	20.036	408	0	692	20.236	68.213	43,0	200,9
DF(2)	294.440	2.525	849	9	0	344	0	3.727	12,7	50,4
ES	501.939	5.488	6.838	1.382	0	1.812	47.521	63.041	125,6	472,5
GO	915.092	10.401	13.913	311	0	567	49.493	74.685	81,6	316,9
MA	1.475.516	26.407	15.570	294	13.917	713	9.307	66.208	44,9	196,1
MG	3.257.717	16.296	50.358	3.524	0	5.484	189.126	264.789	81,3	314,0
MS	404.776	4.873	5.694	198	0	525	27.977	39.267	97,0	388,3
MT	575.990	8.443	7.245	295	0	825	37.306	54.114	93,9	373,5
PA	1.554.289	22.360	13.937	1.164	7.523	1.855	23.861	70.700	45,5	207,2
PB	773.710	17.520	12.378	122	0	122	15.277	45.418	58,7	237,9
PE	1.429.101	25.244	16.957	173	0	574	43.451	86.400	60,5	244,7
PI	663.490	15.809	9.532	17	1.201	128	10.104	36.792	55,5	223,7
PR	1.558.298	10.548	25.854	3.457	0	4.285	113.939	158.083	101,4	384,6
RJ	2.002.925	5.589	11.309	3.202	0	2.493	158.964	181.558	90,6	377,0
RN	543.826	15.284	9.511	210	0	154	19.567	44.727	82,2	323,0
RO	300.173	10.301	3.486	44	0	106	12.941	26.877	89,5	366,2
RR	75.189	9.075	1.870	2	0	16	2.150	13.114	174,4	704,8
RS	1.541.054	8.615	25.793	4.459	0	4.268	137.725	180.860	117,4	437,5
SC	878.422	4.682	14.886	2.729	0	1.526	69.994	93.817	106,8	437,1
SE	378.202	15.202	5.573	21	0	106	10.819	31.721	83,9	342,4
SP	5.091.365	3.658	50.452	6.202	0	13.183	617.791	691.287	135,8	536,6
TO	263.208	15.877	5.874	4	0	33	7.247	29.036	110,3	432,9
Total	30.642.932	365.839	379.986	31.009	23.251	42.390	1.750.808	2.593.284	84,6	338,8

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 743, de 07.03.2005. Exceto, os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.